

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

Mafra-SC, 10 de março de 2023.

Aos acionistas da

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2022 comparativas à 31 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 26 de março de 2019 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (i) exploração do negócio de Aquisição e tem por objeto específico a exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

Atenciosamente,

JK SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Diretor Presidente
José Eneas Kollross

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

Balanco patrimonial dos exercicios findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.050	3.923
Direitos creditórios a Receber	6	6.119.729	6.116.776
Impostos a recuperar		25.442	
Outros Créditos	7	201.620	
Total do ativo circulante		6.347.841	6.120.699
Ativo não circulante			
Investimentos	8	10.000	10.000
Imobilizado		6.742	9.425
Total do ativo não circulante		16.742	19.425
Total do Ativo		6.364.583	6.140.124
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores		6.435	-
Empréstimos e financiamentos		3.129	47.997
Obrigações tributárias	9	57.026	268.527
Obrigações trabalhistas e sociais		7.149	6.305
Outras Obrigações	10	577.331	767.331
Total do passivo circulante		651.070	1.090.160
Passivo não circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	11	5.614.954	5.008.449
Outras obrigações	10	180.691	
Total do passivo não circulante		5.795.645	5.008.449
Patrimônio líquido			
Capital social		10.000	10.000
(-) Capital a integralizar		-	(9.000)
Reserva Legal		200	200
Reserva de lucros		(92.332)	40.315
Total do patrimônio líquido		(82.132)	41.515
Total do Passivo		6.364.583	6.140.124

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

Demonstração do resultado dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de securitização		449.791	2.095.096
(-) Custo de captação de recursos		(490.795)	(1.028.200)
(-) Deduções da receita		(15.963)	(83.935)
Receita operacional líquida		(56.967)	982.961
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(122.945)	(100.565)
Total das despesas operacionais		(122.945)	(100.565)
Lucro antes do resultado financeiro	13	(179.912)	882.396
Receitas financeiras		337.185	738.164
Despesas financeiras		(133.028)	(32.224)
Resultado financeiro líquido	14	204.157	705.940
Outras receitas não operacionais		(156.892)	
Resultado antes das provisões		(132.647)	1.588.336
(-) Provisão para imposto de renda			(373.084)
(-) Provisão para contribuição social			(142.950)
Lucro/Prejuízo líquido dos exercícios		(132.647)	1.072.302

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

(Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.000	(9.000)		8.213	9.213
Resultado do exercício				1.072.302	1.072.302
Constituição de Reserva Legal			200	(200)	
Distribuição de dividendos				(1.040.000)	(1.040.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.000	(9.000)	200	40.315	41.515
Resultado do exercício				(132.647)	(132.647)
Integralização de Capital Social		9.000			9.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000		200	(92.332)	(82.132)

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(132.647)	1.588.336
Ajustado por:		
- Depreciações e amortizações	2.683	
- Remuneração de debêntures	490.795	1.028.200
	360.831	2.616.536
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios a Receber	(2.953)	(4.676.519)
Impostos a recuperar	(25.442)	-
Outros créditos	(201.620)	-
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Fornecedores	6.435	(2.497)
Obrigações tributárias	(211.501)	261.137
Obrigações trabalhistas e sociais	844	5.920
Outras Obrigações	(9.309)	753.042
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(82.715)	(1.042.381)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(516.034)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(82.715)	(1.558.415)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingresso de debêntures	902.000	2.734.000
Resgate de debêntures	(786.290)	(244.255)
Pagamento de dividendos		(1.040.000)
Ingresso de empréstimos e financiamentos	(56.382)	47.997
Amortização de empréstimos e financiamentos	11.514	
Integralização de capital social	9.000	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	79.842	1.497.742
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.873)	(60.673)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.923	64.596
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.050	3.923

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

1) Contexto Operacional

A JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado com sua constituição registrada na Junta Comercial de Santa Catarina em 26 de março de 2019, tendo por objeto específico a exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Rua Industrial José Stoebel Filho, Nº 1084, Bloco 2, bairro Faxinal, CEP: 89.306-819, no município de Mafra (SC). As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pela diretoria em 30 de junho de 2023.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento

Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em

conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

(a) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(b) Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescentados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos

não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas

garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	50	104
Bancos c/ movimento	1.000	3.819
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.050	3.923

6) **Direitos Creditórios a Receber**

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

A administração optou por não reconhecer o PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) para o exercício encerrado em 31/12/2022.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	6.119.729	6.116.776
Total de Direitos creditórios a receber	6.119.729	6.116.776

7) Outros Créditos

A rubrica “outros créditos” é composta por valores de adiantamentos.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a Fornecedor	55.000	
Adiantamento a Sócios	146.620	
Total de Outras Obrigações	201.620	-

8) Investimentos

A conta “Investimentos” trata-se das quotas de capital da instituição financeira para prosseguir com as operações, sendo composta da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Conta Capital Bradesco	10.000	10.000
Total de Investimentos	10.000	10.000

9) Obrigações tributárias

O saldo de “Obrigações tributárias” está composto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a Pagar	84	77
IRPJ a Pagar		174.909
CSLL a Pagar		65.160
PIS a Pagar		3.935
IRRF s/ Rend Debentures a pagar	1.060	
COFINS a Pagar	(3)	24.211
CSRF a Pagar	260	235
Parcelamento Simplificado RFB	55.625	
Total de Obrigações Tributárias	57.026	268.527

10) Outras Obrigações

A rubrica “outras obrigações” é composta por valores que o sócio aportou na empresa para fazer frente as despesas iniciais, bem como dividendos a pagar, mediante lucros auferidos pela companhia:

Passivo Circulante:		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	527.331	767.331
Outras contas a pagar	50.000	
Total de Outras Obrigações	577.331	767.331

Passivo não Circulante:		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento simplificado a pagar	180.691	
Total de Outras Obrigações	180.691	-

11) Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 19 de junho de 2019, onde foram emitidas 200 (duzentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), realizada em duas séries, com as seguintes características:

As debêntures da 1ª emissão são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês para a 1ª. (primeira) série e para a 2ª. (segunda) emissão a remuneração será variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia descontado a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 23 de outubro de 2019, onde foram emitidas 2.000 (duas mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

2.000.000,00 (dois milhões de reais), realizada em cinco séries, com as seguintes características:

As debêntures da 2ª emissão são de classe subordinada, terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento das debêntures

serão equivalentes a: debêntures da **1ª série** farão jus a remuneração de 0,8% (oitenta centésimos por cento) ao mês, As debêntures da **2ª série** farão jus a remuneração de 0,9% (noventa centésimos um por cento) ao mês, As debêntures da **3ª série** farão jus a remuneração de 1,0% (um por cento) ao mês, As debêntures da **4ª série** farão jus a remuneração de 1,2% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao mês e As debêntures da **5ª série** farão jus a remuneração de 1,3% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao mês.

A Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 30 de março de 2021, onde foram emitidas 300 (trezentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), realizada em cinco séries, com as seguintes características:

As debêntures da 3ª emissão são de classe subordinada, terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento das debêntures serão equivalentes a: debêntures da **1ª série** farão jus a remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

A Companhia realizou a 4ª (quarta) emissão privada de debêntures, em 04 de março de 2022, onde foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), realizada em cinco séries, com as seguintes características:

JK SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A
CNPJ/MF: 33.177.945/0001-32

Debêntures	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures 1 Emissão Série 1	870.000	970.000
(-) Debentures 1 Emi Série 1 a Integralizar	(820.000)	(820.000)
Debentures 1 Emissão Série 2	990.000	1.000.000
Debentures 2 Emissão Série 3	658.000	1.147.000
(-) Debentures 2 Emissão Série 3	(43.000)	(163.000)
Debentures 2 Emissão Série 4	413.000	450.000
(-) Debentures 2 Emi Série 4 a Integ	(103.000)	(215.000)
Debentures 2 Emi Série 1	100.000	100.000
(-) Debentures 2 Emi Série 1 a Integ	(100.000)	(100.000)
Debentures 2 Emiss Série 1	50.000	50.000
(-) Debentures 2 Emi Série 1 a Integ	(50.000)	(50.000)
Debentures 2 Emiss Série 2	50.000	50.000
(-) Debentures 2 Emi Série 2 a Integ	(50.000)	(50.000)
Debentures 3 Emiss Série única	3.000.000	3.000.000
(-) Debentures 3 Emi Série única a Integ	(1.040.000)	(1.610.000)
Remunerações s/Debentures 1 emissão 1 serie	20.441	26.190
Remunerações s/Debentures 1 emissão 2 serie	904.842	780.809
Remunerações s/Debentures 1 emissão 3 serie	110.496	72.815
Remunerações s/Debentures 2 emissão 4 serie	70.433	36.741
Remuneração s/debentures 4 emissão 4 serie	14.713	
Debêntures 4 emissão serie 4	5.000.000	
(-) Debêntures 4 emissão serie 4 a integ	(4.900.000)	
Remunerações s/Debentures 3 emissões	511.757	332.893
(-) Perdas com debêntures	(42.728)	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	5.614.954	5.008.449

12) Patrimônio líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal com o seu saldo parcialmente integralizado, faltando a integralização de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Lucro/Prejuízos do Exercício corrente – No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R\$ 132.647,59 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

13) Resultado operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais	(56.967)	982.961
Receita de securitização	449.791	2.095.096
(-) Custo de captação de recursos	(490.795)	(1.028.200)
(-) Dedução da Receita	(15.963)	(83.935)
Despesas operacionais	(122.945)	(100.565)
Despesas gerais e administrativas	(122.945)	(100.565)
Resultado operacional líquido	(179.912)	882.396

14) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras	337.185	738.164
Receita de Financeira	337.185	737.758
Renda e Aplicações Financeiras		406
Despesas Financeiras	(133.028)	(32.224)
Tarifas bancárias	(20.339)	(10.553)
Juros de Mora		(195)
Descontos Concedidos	(112.689)	(21.475)
IOF		(1)
Resultado financeiro líquido	204.157	705.940

15) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a Receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 11): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Mafra - SC, 10 de março de 2023.

José Eneas Kollross
Diretor Presidente

Acyr Tiburske Filho
Contador
CRC-PR: 022.086/O-7 "S" SC